

CÓDIGO FLORESTAL

O QUE ESTÁ EM JOGO?

Por que querem mudar a lei?



A nova bancada ruralista, composta por 217 deputados e senadores, escolheu uma ampla variedade de bandeiras polêmicas para empunhar até o fim dos atuais mandatos, em 2015.

O relançamento da Frente Parlamentar da Agropecuária, comemorado ontem em almoço por 200 comensais, deixou claro que os parlamentares se sentem fortalecidos pela expressiva votação (...)

Depois da reforma do Código Florestal, ainda em polêmica discussão no Congresso, a bancada se prepara para combater o que considera "farra" de criação de unidades de conservação e áreas indígenas. "Não sou nenhum radical, mas precisa ter critério. É grave. Um antropólogo vai lá e resolve que determinado lugar tinha índio, mesmo transposto, e precisa demarcar", critica Mendes.

(...) "Um simples ato do presidente da Funai, apoiado pelo ministro da Justiça, cria uma reserva e ponto. Isso virou regra para unidades de conservação e terras quilombolas. Generalizou, virou festa".

Outra enorme polêmica está concentrada na revisão da legislação trabalhista. "Não podemos conviver com uma lei trabalhista de 1945. Quantos itens cada empregador tem que cumprir?", questiona Mendes. (...) "Hoje, um trabalhador não pode nem comer um prato de comida na sombra de uma mangueira que configura trabalho escravo".

Um tema antigo que deve ser objeto de amplo debate da bancada em outras comissões da Câmara e do Senado é a revisão dos índices de produtividade usados pelo governo para fins de reforma agrária. (...)

Temas complexos, como a liberação de organismos geneticamente modificados "terminator" (com genes estéreis, que não se reproduzem), estão na lista para a nova legislatura, além da facilitação do registro de agrotóxicos.

- Diminuição do controle público e de mercado no imóvel rural.

- Controle público: legislação: controle social e do Estado.

- Controle de mercado: Informações da cadeia comercial.



- No cenário do CF Código Florestal

- Diminuição dos limitantes de exploração dos recursos naturais.

PROPOSTA RURALISTA

2001, 2011

- MAIS DESMATE
- DIMINUIÇÃO DA PROTEÇÃO E DOS DISPOSITIVOS DE CONTROLE
- ANISTIA – PRÊMIO AO ILEGAL

Brasília, quarta-feira, 2 de maio de 2001 - 19h50

RELATÓRIO DE CÓDIGO FLORESTAL SERÁ VOTADO NO DIA 30

A Comissão Mista que analisa a MP 2.080, que institui o Código Florestal e trata do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural, adiou a votação do relatório do deputado Moacir Micheletto (PMDB-PR) para o dia 30 de maio. O deputado ainda quer ouvir segmentos do Governo e entidades ambientalistas.

Respondendo às críticas dos ambientalistas, segundo as quais o relatório incentiva o desmatamento de florestas, Micheletto lembra que, hoje, 75% do território da Amazônia estão garantidos por unidades de conservação. "Sobram, na realidade, 280 milhões de hectares. **A redução proposta em meu relatório, de 80% para 50%, das propriedades a serem protegidas na Amazônia, referem-se apenas a esses hectares restantes**", esclarece.

O relator diz estar sofrendo pressões de instituições internacionais para rever seu relatório. Ele lembra que o cerrado tem enorme potencial para produzir grãos, que vai contra, por exemplo, os interesses dos EUA. "Países desenvolvidos não querem que o Brasil explore seu potencial agrícola e hídrico", afirma.

A Medida Provisória 2080 será reeditada no próximo dia 18. A partir de então, serão contados cinco dias para que os parlamentares apresentem suas emendas.

Na próxima semana, a comissão realiza audiências públicas. Na quarta-feira, será ouvido o ministro da Agricultura, Pratini de Moraes. Ao longo da semana, ainda sem data definida, também serão ouvidos o ministro da Reforma Agrária, Raul Jungmann, o Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), e as entidades ambientalistas WWF e Greenpeace.

No dia 17 de maio, a Comissão também ouve lideranças ambientalistas, e, no dia 18, integrantes da Comissão vão a Goiânia, ouvir ambientalistas da região.

Por Carmem Fortes/PR - Reprodução autorizada mediante citação da Agência)

Agência Câmara

Tel. (61) 318.8473/318.7423

Fax. (61) 318.2390

agencia@...

greenpeace.org.br

GREENPEACE

Desde o final de 1999, a bancada ruralista do Congresso Nacional - representada pelo deputado federal Moacir Micheletto (PMDB-PR) e pela Confederação Nacional da Agricultura (CNA) - vem articulando a aprovação de um projeto de lei que altera o novo Código Florestal Brasileiro. Se aprovado, o projeto do deputado paranaense permitiria o desmatamento de até 80% da área de propriedades localizadas no Cerrado e de até 50% de propriedades na Amazônia.

A proposta dos ruralistas extingue conquistas ambientais obtidas há mais de 30 anos. Além de permitir a ampliação legal do desmatamento, o projeto reduz e, em alguns casos, elimina as Áreas de Preservação Permanente – responsáveis pela preservação e conservação dos recursos hídricos. O projeto ainda permite plantios florestais homogêneos de espécies exóticas – como o pinus e eucalipto – em áreas de Reserva Legal, destinadas atualmente à manutenção e manejo racional de florestas nativas.

Pontos que ameaçam a Reserva Legal

A proposta do deputado Micheletto também diminui a área de reserva legal de propriedades particulares na Amazônia legal de 80 para 50%, podendo ser reduzida até 25% de acordo com os resultados de estudos do zoneamento ecológico-econômico; e de 35 para 20% em áreas de cerrado nos estados do Mato Grosso, Maranhão, Pará, Rondônia e Tocantins.

Pontos que ameaçam a Área de Preservação Permanente

Em total desacordo com a função de proteção de recursos hídricos e conservação do solo das Áreas de Preservação Permanente, o projeto do deputado Micheletto determina que tais áreas, já desmatadas ilegalmente, possam ser utilizadas sem restrições, desobrigando assim sua recuperação.

PROPOSTA RURALISTA – 2011

O EMBUSTE

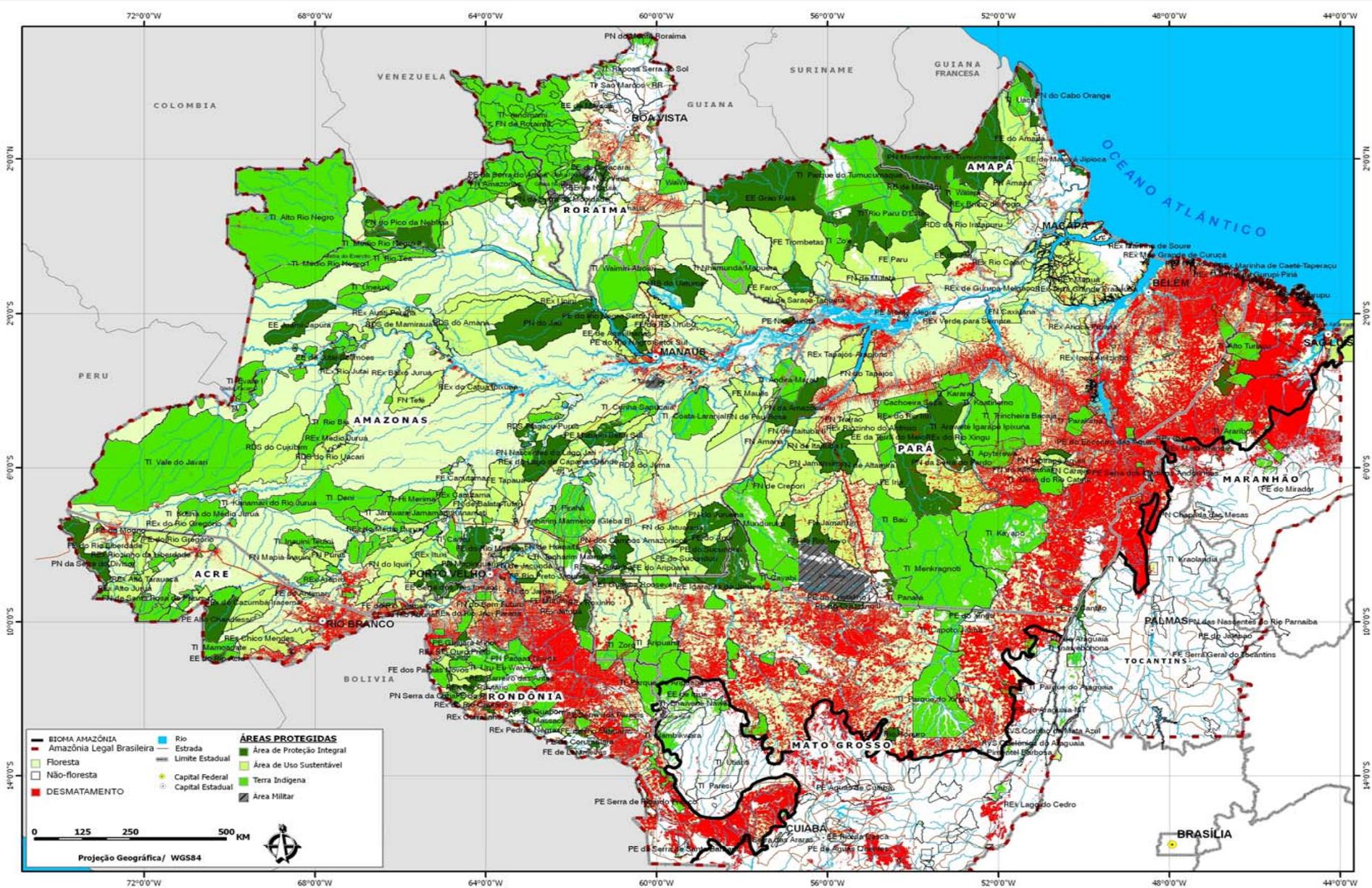
USA O PROBLEMA DO PEQUENO PARA JUSTIFICAR A AGENDA.

O DISCURSO

O CÓDIGO E O PROBLEMA DO AGRICULTOR.

A COMIDA FICARÁ MAIS CARA E DIMINUIRÁ ÁREAS PARA PLANTIO.

A OMISSÃO DO GOVERNO



Substância descoberta na Amazônia pode ajudar a combater o câncer
<http://g1.globo.com/videos/globo-news/jornal-globo-news/v/substancia-descoberta-na-amazonia-pode-ajudar-a-combater-o-cancer/1642727/>

02/08/2011 - 12h25

Desmate da Amazônia volta a aumentar, indica Inpe

CLAUDIO ANGELO - DE BRASÍLIA

O DESMATAMENTO NA AMAZÔNIA DEVE REVERTER SUA TENDÊNCIA DE QUEDA EM 2011. DADOS DO INPE (INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS) DIVULGADOS NESTA TERÇA-FEIRA MOSTRAM QUE O ACUMULADO DO ANO ATÉ AGORA ATINGIU 2.429 QUILOMETROS QUADRADOS, CONTRA 2.295 QUILOMETROS QUADRADOS NO ANO PASSADO. E ISTO AINDA FALTANDO UM MÊS PARA O ENCERRAMENTO DA SÉRIE ANUAL.

OU SEJA, MESMO QUE EM JULHO NÃO CAIA UMA SÓ ÁRVORE NA AMAZÔNIA, O CRESCIMENTO DA TAXA ENTRE AGOSTO DE 2010 E JULHO DE 2011 TERÁ SIDO DE 6% SE COMPARADO AO IGUAL PERÍODO DO BIÊNIO 2009/2010 (O DESMATAMENTO É MEDIDO SEMPRE DE AGOSTO A JULHO DO ANO SEGUINTE).

Globo Natureza -

Novo Código Florestal aumentaria em 47% o desmate até 2020, diz UNB

Estudo diz que novo CF pode derrubar 17 mil km² de mata em nove anos. Pesquisadores compararam dados de devastação referentes a 2008

BASICAMENTE ESTAMOS PROPONDO QUE AS FLORESTAS SE "MUDEM" DAS NOSSAS PROPRIEDADES!



PL no SENADO em 4 comissões conjuntas
CRA – CMA – CCJ e CCT –
NT Prazo – Relatório Final comissão mérito = CMA

Relatório vai para Plenário do SENADO
– VOTO. Sai texto modificado que
voltará para Casa de origem (CÂMARA)

CÂMARA aceita ou rejeita
mudanças do SENADO

TEXTO FINAL VAI
PRÁ MESA DE
DILMÃO – VETO
TOTAL, VETO
PARCIAL OU
SANÇÃO (15 DIAS)

Ocorrendo vetos, PL
volta pro
CONGRESSO que
pode derrubar (2/3
votos) ou manter
vetos = TEXTO
FINAL

PL aprovado na Câmara após trabalho Comissão especial. É um PL da Câmara